



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE  
ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO  
OESTE-PR NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Tatiana Cecília Biaca**

**Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil  
2009**

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES  
DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE-PR NO  
CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**

**por**

**Tatiana Cecília Biaca**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador:**

**Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)**

**Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil**

**2009**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE  
ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO  
OESTE-PR NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**

elaborada por  
**Tatiana Cecília Biaca**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

**Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms. (UFSM)**

**Ms. Leonardo Germano Krüger, Ms. (UFSM)**

Cruzeiro do Oeste, 18 de dezembro de 2009

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE-PR NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**

AUTORA: Tatiana Cecília Biaca  
ORIENTADORA: Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)

Data e Local da Defesa: Cruzeiro do Oeste/PR, 18 de dezembro de 2009.

Através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Cruzeiro do Oeste-PR, avaliou-se o estado nutricional de escolares do Ensino Fundamental (de 1° a 4° séries) da Rede Municipal de ensino, através de mensuração de peso e estatura dos alunos e avaliação de peso/estatura/idade. A metodologia aplicada caracterizou-se por dois aspectos: bibliográfico e estudo de caso, numa perspectiva quanti-qualitativa. Constatou-se que 75% dos alunos apresentam peso normal para a idade; 7,7% apresentam-se abaixo do peso ideal e 17,3% estão acima do peso adequado. Cabe aos gestores educacionais, através de ações, projetos, conscientizarem a todos, crianças, adolescentes, adultos, terceira idade, sobre a importância do cuidado na qualidade de vida com balanceamento de nutrientes, a fim de prevenir problemas de obesidade, desnutrição e doenças. Apesar da aceitação da gestão educacional, muito ainda precisa ser feito para a obtenção de uma escola democrática cidadã.

Palavras-chave: Avaliação Nutricional; Saúde Escolar; Obesidade, Gestão Escolar

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO  
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE-PR NO CONTEXTO DA  
GESTÃO ESCOLAR**

**ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

**AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO  
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE-PR NO CONTEXTO DA  
GESTÃO ESCOLAR**

(ASSESSMENT OF THE STATE SCHOOL NUTRITION OF THE MUNICIPALITY OF  
CRUZEIRO DO OESTE-PR IN THE CONTEXT OF SCHOOL MANAGEMENT)

AUTHOR: TATIANA CECÍLIA BIACA  
ADVISER: LORENA INÊS PETERINI MARQUEZAN

Data e Local da Defesa: Cruzeiro do Oeste/PR, 18 de dezembro de 2009.

Through the Municipal Department of Education, Culture, Sport and Leisure in the city of Cruzeiro do Oeste - PR, evaluated the nutritional status of school education (1 through 4 sets) of the Municipal education through measurement weight and height and evaluation of weight / height / age. The methodology was characterized by two things: literature and case study, a quantitative and qualitative perspective. Found that 75% of students have normal weight for age, 7.7% are below the ideal weight and 17.3% are overweight appropriate. The results of this study confirmed the growing number of overweight people. It is for educational administrators, through actions, projects, educate all children, adolescents, adults, seniors, about the importance of care on quality of life with balanced nutrients to prevent problems of obesity, malnutrition and disease. Despite the acceptance of educational management, much remains to be done to obtain a democratic school citizen.

Keywords: Nutrition Assessment, School Health, Obesity, School Management.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	09
2.1 Saúde e nutrição no Brasil.....	09
2.2 Excesso de peso e obesidade .....	09
2.3 Desnutrição infantil e deficiências nutricionais.....	11
2.4 Alimentação escolar.....	12
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	17
<b>4. RESULTADOS</b> .....	18
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>APÊNDICES</b> .....	35

## 1. INTRODUÇÃO

Uma alimentação adequada, em qualquer idade, assegura o crescimento e o desenvolvimento fisiológico, manutenção da saúde e do bem-estar do indivíduo. Quando se trata de crianças, o valor de uma dieta equilibrada torna-se muito maior, porque elas se encontram em fase de crescimento, desenvolvimento e formação da personalidade e de seus hábitos alimentares. O conhecimento crescente das inter-relações entre os nutrientes reforça o princípio de manter a variedade dos alimentos para fornecer a dieta mais completa (KRAUSE 1995).

Várias teorias abrem caminhos para uma reflexão sobre a Gestão Escolar e sua importância na escola, privada ou pública. Falando-se sobre Gestão Escolar, compreende-se que esta tem papel decisivo no processo de democratização da escola, pois falar em uma escola participativa, democrática e cidadã é uma atividade complexa, nesse caso faremos um recorte nos detendo especialmente na questão nutricional das crianças da primeira à quarta série do Ensino Fundamental.

É pertinente pensarmos no conjunto de determinações na atual Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, Lei 9394 (BRASIL, 1996). Por seu caráter efetivamente descentralizador, no que trata da Gestão Democrática da Educação, coloca-a como principal forma de integração da educação com a nova dinâmica de organização da sociedade, delegando poderes irrestritos ao Gestor Escolar no que se refere à democratização da escola.

A nova LDB 9394/96 abre espaço também para que a escola se aproxime da comunidade, procurando um modelo participativo de gestão, que busque mecanismos de solução para a resolução de determinados problemas educacionais, nesse caso, o estado nutricional das crianças. Algumas escolas se deparam com gestores educacionais a quem não foi dada autonomia suficiente para a resolução dos problemas gerados na própria escola. Segundo Gadotti (2002), os eixos da escola cidadã são: a integração entre educação e cultura, escola e comunidade. Faz-se necessário que todos se comprometam com o cuidado do estado nutricional das crianças, pois abrange necessariamente a questão de uma intervenção adequada da educação, cultura, escola e comunidade.

Por isso, como objetivo nos propomos a diagnosticar o perfil nutricional dos alunos das escolas municipais de Cruzeiro do Oeste-PR no contexto da gestão escolar.

Os objetivos específicos são: verificar variáveis antropométricas (peso e estatura) de alunos da rede pública do Ensino Fundamental (de 1° a 4° séries); identificar distúrbios nutricionais, como baixo peso, excesso de peso e obesidade nos alunos da rede pública municipal; possibilitar uma intervenção adequada, a partir do diagnóstico, de forma a auxiliar na promoção do estado de saúde da criança, através da participação de todos os Gestores Escolares.



## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Saúde e nutrição no Brasil**

Nas últimas duas ou três gerações, a vida no Brasil transformou-se em muitos aspectos. O país tornou-se rapidamente uma sociedade predominantemente urbana. Os padrões de trabalho e lazer, alimentação e nutrição, saúde e doença aproximaram-se agora dos países desenvolvidos. Em 1950, dos 50 milhões de brasileiros, a maioria vivia na zona rural; já em 2003, de uma população estimada em 176 milhões de pessoas, mais de 82% residiam em áreas urbanas. Essa urbanização muito rápida desestruturou as formas tradicionais de vida, influenciando imensamente na cultura alimentar do brasileiro.

A universalização da educação é quase uma realidade: 81,4% das crianças e adolescentes com idade de 7 a 14 anos freqüentavam o ensino fundamental em 1992, enquanto que, em 2002, essa taxa passou para 93,8%. Em 2002, a proporção da população de 15 a 24 anos capaz de ler e escrever um simples bilhete atingiu 96,3% no país, porém o analfabetismo entre pessoas com mais de 25 anos, ainda é um desafio a ser superado (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA, 2004).

Segundo Monteiro et al. (1988), o Brasil passou por um momento de transição nutricional, ou seja, ocorreram mudanças nos padrões alimentares dos indivíduos em consequência de modificações em sua dieta decorrente de mudanças sociais, econômicas e influência da mídia.

A mudança da população do campo para a cidade freqüentemente é acompanhada por mudanças negativas nos padrões alimentares. A denominada “transição nutricional” implica mudança no padrão alimentar “tradicional”, com base no consumo de grãos e cereais, que aos poucos este sendo substituído por um padrão alimentar com grandes quantidades de alimentos de origem animal, gorduras, açúcares, alimentos industrializados e relativamente pouca quantidade de fibras (COSTA; SILVA, 1998; POPKIN, 1994).

### **2.2 Excesso de peso e obesidade**

A obesidade pode ser definida como um aumento excessivo de gordura ou de tecido gorduroso no organismo em relação à quantidade de tecido magro, podendo levar a um comprometimento da saúde, elevando os riscos do desenvolvimento de doenças associadas (WHO, 2003; CDC, 2004). Considerada um problema emergente de saúde pública no Brasil e no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2003 havia em todo mundo, mais de 01 bilhão de adultos com sobrepeso e aproximadamente 300 milhões com obesidade.

A obesidade é hoje a terceira doença nutricional do Brasil, apenas superada pela anemia e desnutrição. Estudos recentes demonstram uma grande preocupação com a obesidade infantil, que vem crescendo assustadoramente ao lado de hábitos de saúde e de vida pouco saudáveis.

A prevalência do excesso de peso e da obesidade na população adulta brasileira, apurada pela Pesquisa de orçamentos familiares, realizada em 2002-2003, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Ministério da Saúde, revela que esses agravos alcançam grande expressão em todas as regiões do país e em todas as classes de rendimento.

### **2.3 Desnutrição infantil e deficiências nutricionais**

Assim como a obesidade, a desnutrição também é um problema de saúde pública. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) revelam que, no mundo, aproximadamente 33% (182 milhões) de crianças com menos de 5 anos de idade eram desnutridas no ano 2000.

Entre os anos de 1975 e 1996, o Brasil reduziu em 70% a desnutrição infantil (de 18,4% para 5,7%), considerando o indicador peso por idade. Embora sejam evidentes os avanços nas condições de saúde e nutrição das crianças brasileiras, o país ainda abrigava um contingente de cerca de 1 milhão de crianças com déficit de peso para a idade.

Em relação ao déficit de estatura que representa o efeito cumulativo de carências nutricionais sobre o crescimento esquelético, tendo como resultado estaturas mais baixas do que o esperado para a idade, observou-se uma redução, nesse mesmo período, de 72%; no entanto o déficit de altura para a idade entre crianças menores de 5 anos, em 1996, ainda era significativo: 10,5% correspondendo a quatro vezes mais a prevalência esperada para populações saudáveis (2,5%), chegando a ser onze vezes maior no nordeste. Além disso, o

declínio não foi homogêneo para todo o país, pois, na área rural, foi menor, aumentando assim a disparidade entre o meio urbano e rural. (BATISTA; RISSIN, 2003).

A desnutrição na infância, que se expressa no baixo peso, no atraso no crescimento e desenvolvimento e na maior vulnerabilidade às infecções e, como mostram alguns estudos recentes, no maior risco para ocorrência de futuras doenças crônicas não-transmissíveis, continuam sendo importante problema de saúde pública, principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 1998); portanto, as recomendações nutricionais continuam a ser importantes instrumentos para as ações com vistas a combater essa face da insegurança alimentar e nutricional no Brasil.

Tanto a deficiência como a sobrecarga nutricional são fenômenos progressivos. Conforme as deficiências ou sobrecargas nutricionais se desenvolvem, adaptações são feitas para atingir um novo estado estável sem nenhuma perda significativa da função fisiológica. (KRAUSE 1995).

## **2.4 Alimentação escolar**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.

Segundo a Resolução/CD/ FNDE N°38, de 18 de julho de 2009:

### **I - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA**

Art. 2º São princípios do PNAE:

I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos;

II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

III - a eqüidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária;

IV – a sustentabilidade e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada;

V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis;

VI – o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; e

VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa.

Art. 3º São diretrizes do PNAE:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

Ainda sobre a mesma resolução:

V – DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA ESCOLA

Art. 13. Para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

Art. 15.

§ 2º Os cardápios deverão ser planejados, de modo a atender, em média, às necessidades nutricionais de modo a suprir:

I - quando oferecida uma refeição, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

II - por refeição oferecida, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos;

III - quando ofertadas duas ou mais refeições, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

IV - quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos.

§ 3º Os cardápios deverão ser diferenciados para cada faixa etária dos estudantes e para os que necessitam de atenção específica, e deverão conter alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar.

Cabe aos Gestores Escolares o cuidado com todas as prerrogativas legais constantes na Legislação em vigor, inclusive constando no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição, pois é dever de todos o que consta em todos os preceitos constitucionais, em especial no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 10.764, de 12 de novembro de 2003.

Também, a Carta Magna de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em sintonia com o pensamento moderno na questão da garantia dos direitos humanos fundamentais (individuais e sociais) pertinentes à criança e ao adolescente, acolheu a doutrina sócio-jurídica da proteção integral, conforme percebe-se no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 3º do ECA, respectivamente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990))

Salienta-se que o ECA representa um avanço em relação aos Códigos dos Menores que foram promulgados nos anos de 1927 e 1979 em nosso país, pois ambos representavam um instrumento de controle da infância e da adolescência, uma vez que baseavam-se em políticas sociais compensatórias (assistencialismo) e centralizadas.

São notáveis as melhorias apresentadas pelo ECA em relação aos Códigos dos Menores. A própria visão da criança e do adolescente é bastante diferenciada na Lei nº 8.069/90: a criança e o adolescente passam a ser considerados cidadãos plenos, portadores da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, e não adultos em miniatura ou pessoas incompletas, como eram tratados pelos Códigos de Menores. Assim, alcançam a condição de sujeitos de direitos, não sendo mais visualizados como meros objetos de direitos quando se encontrassem em situação irregular definida legalmente. (BRASIL, 1990)

O século XXI iniciam trazendo para o homem moderno, grandes transformações em todos os segmentos de suas vidas, numa dinâmica que deixa muitas pessoas confusas. As distâncias desapareceram; houve uma evolução sem precedentes; as pessoas modificaram o seu modo vida, informatizaram-se; o seu cotidiano foi alterado, inclusive na questão alimentar. Acredita-se que, na história da humanidade, nunca se viu um processo tão acelerado de modernização como hoje.

A gestão democrática tem grande importância dentro da escola, pública ou privada. É reconhecido que, no atual cenário educativo, diante das constantes mudanças que estão ocorrendo, a gestão democrática se configura como sendo um desafio para a consolidação de uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a Gestão Educacional precisa ter uma visão diferenciada, que propicie elementos facilitadores na construção de um Projeto Político-Pedagógico democrático, cidadão, autônomo e emancipatório. Para isso, é fundamental que a construção do projeto político-pedagógico tenha uma participação coletiva, que o conselho escolar seja atuante, o conselho de classe seja dinâmico; enfim, para a construção de uma escola democrática cidadã é fundamental que o Gestor Escolar tenha as competências interpessoais, aberto, fraterno, justo, dialógico, para o bom andamento das ações projetadas na escola, inclusive o cuidado com a nutrição escolar, fundamental para o desenvolvimento bio-psico-social do educando.

A informação sobre o cuidado nutricional, para ser transformada em conhecimento, necessita ser contextualizada, problematizada e significada pelo sujeito da aprendizagem. Enfatiza-se a importância da alimentação adequada, como se ela fosse garantia de uma saúde melhor. Igualmente, os novos hábitos alimentares, para serem transformados em inovação de qualidade de vida, necessitam estar dentro de um contexto, tendo um significado enquanto mediação dos pais, professores, alunos, funcionários, enfim, o coletivo da prática educativa.

Não se deve esquecer que muitas vezes se critica as políticas educacionais, mas as mesmas são reproduzidas na prática educativa. Num âmbito mais crítico, deve-se questionar se o projeto político-pedagógico elaborado possibilita mesmo, a inclusão social ou apenas defende a qualidade de ensino sem levar em conta o problema da alimentação escolar.

O grande desafio que a escola deve enfrentar, está relacionado com a possibilidade de inclusão do aluno no cotidiano da escola com intervenções adequadas que garantam a esse aluno uma formação de qualidade nos hábitos alimentares. Caso contrário, a escola estará apenas homogeneizando, sem dialogar com o outro, sem possibilitar uma integração verdadeira entre os diversos segmentos que a compõem.

De acordo com Solé (2001), na abordagem construtivista de intervenção pedagógica, é possível identificar as seguintes orientações para se desenvolver um contexto de profissional colaborador: compartilhar o significado que a tarefa tem para todos; estabelecer consenso sobre formas de trabalho; estabelecer acordos sobre as responsabilidades, as disponibilidades e os compromissos individuais e grupais; desenvolver um processo permanente de negociação dos significados da prática educativa.

Com isso, a necessidade de elaboração coletiva do projeto político-pedagógico se fortalece e o projeto deixa de ser apenas a formalização das intenções do grupo de trabalho para ser o seu próprio instrumento de formação em serviço, gerando um ambiente colaborativo de aprendizagem permanente, no nosso caso, hábitos alimentares favoráveis à qualidade de vida.



### 3. METODOLOGIA

A pesquisa de avaliação nutricional de escolares foi autorizada pela Secretaria Municipal de Educação de Cruzeiro do Oeste-PR e realizada pela coordenação da Alimentação Escolar, com 1.166 alunos de 6 a 14 anos, nas 06 escolas municipais de Ensino Fundamental Séries Iniciais, sendo elas: Escola Municipal Amaral Fontoura, Escola Municipal Emiliano Pernetá, Escola Municipal Nísia Floresta, Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter e Escola Municipal Tasso da Silveira.

A pesquisa foi realizada durante o 1º semestre letivo do ano de 2007 na cidade de Cruzeiro do Oeste – PR. A metodologia aplicada caracterizou-se como um estudo de caso, numa perspectiva quanti-qualitativa.

As medidas e informações dos alunos foram obtidas nas próprias escolas. A data de nascimento foi obtida na matrícula escolar e a idade centesimal foi calculada em relação ao dia da avaliação.

A massa corporal (kg) foi obtida uma única vez utilizando-se uma balança digital (G-Tech), mod. Flat I, peso máximo 150 kg. As crianças foram orientadas a tirar os calçados e blusas e subirem na balança permanecendo em posição ereta no centro da balança para verificação do peso corporal.

Para a medição da estatura foi utilizada uma fita métrica com marcações em milímetros, fixada em uma parede de superfície lisa e plana. Os escolares foram medidos uma única vez, descalços, com a nuca, nádegas e calcanhares encostados à parede. A leitura foi realizada utilizando-se um esquadro colocado acima da cabeça do aluno previamente posicionado.

Os dados obtidos foram tabulados no Programa Microsoft Office Excel 2003, através dos dados de peso, altura, idade e a tabela de percentil de IMC, de 02-20 anos para meninos e meninas (CDC, 2000), sendo considerado:

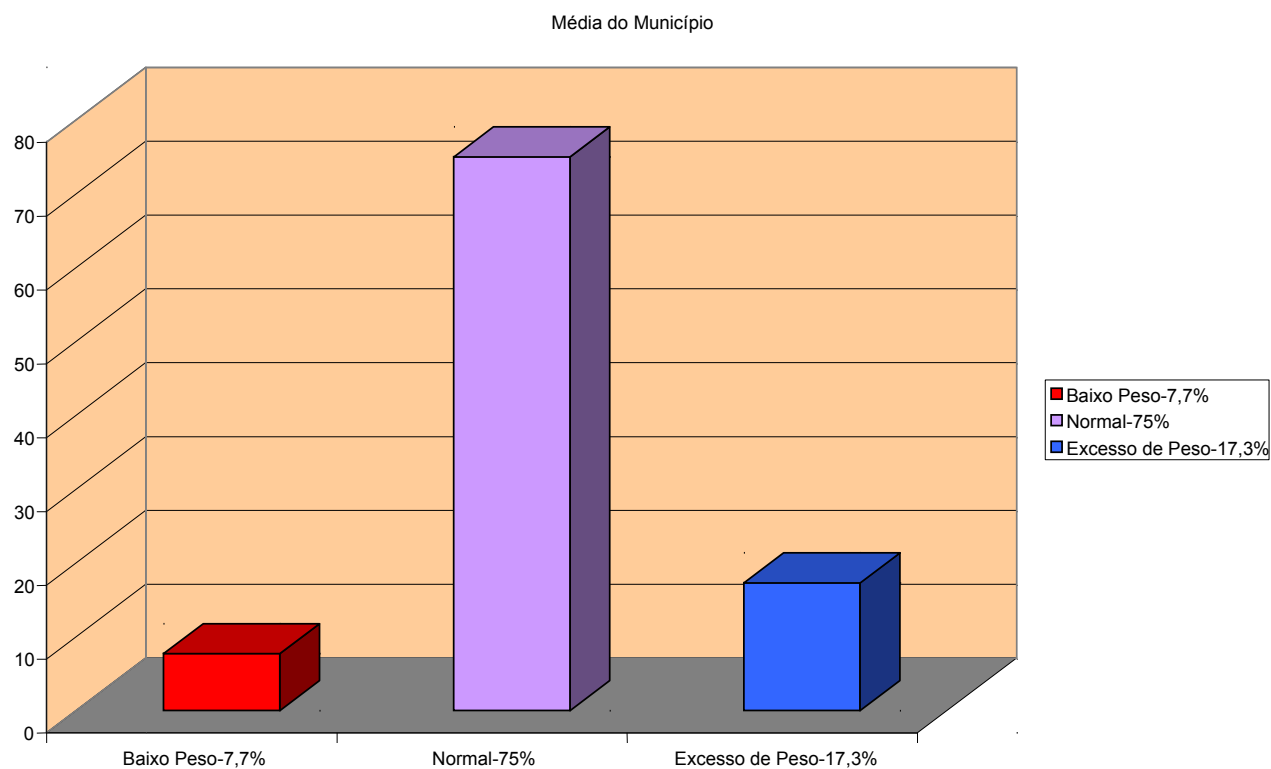
≤P5 Baixo Peso

P5 – P85 Eutrofia

P85 –P90 Excesso de Peso

>P90 Obesidade

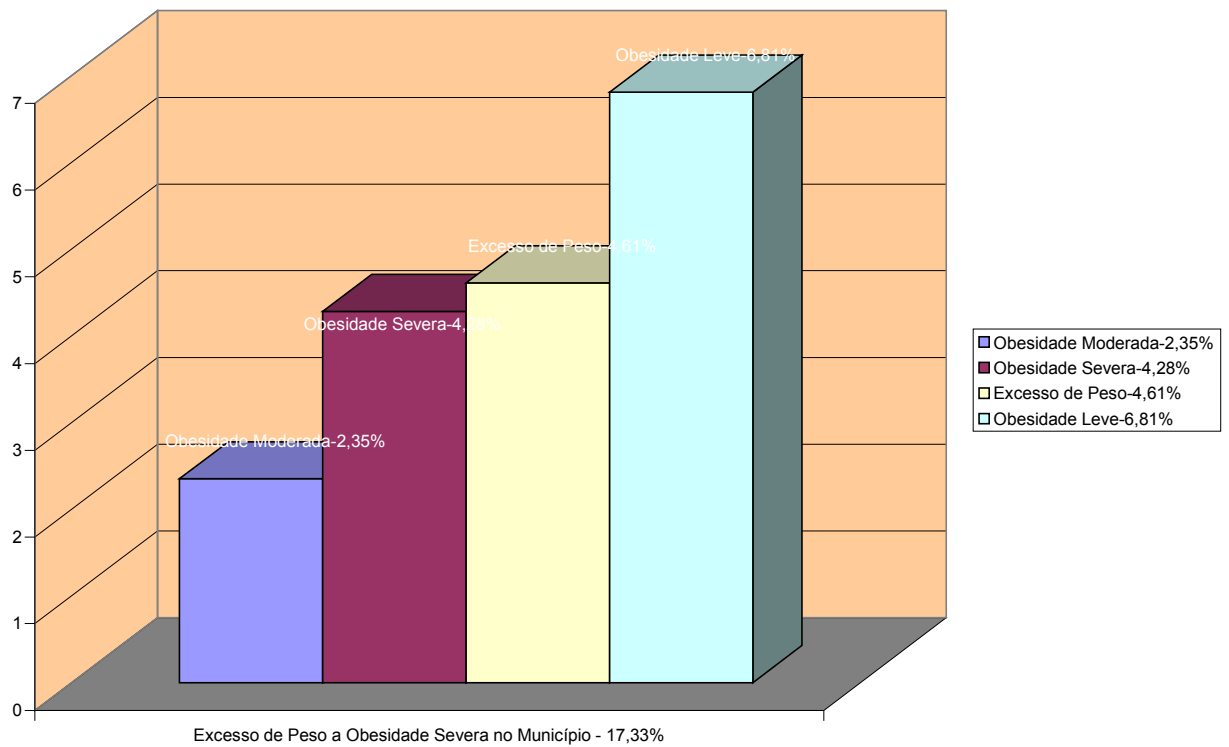
## 4. RESULTADOS



**Gráfico 1: Avaliação do Estado Nutricional de 1.166 alunos do Município de Cruzeiro do Oeste-PR**

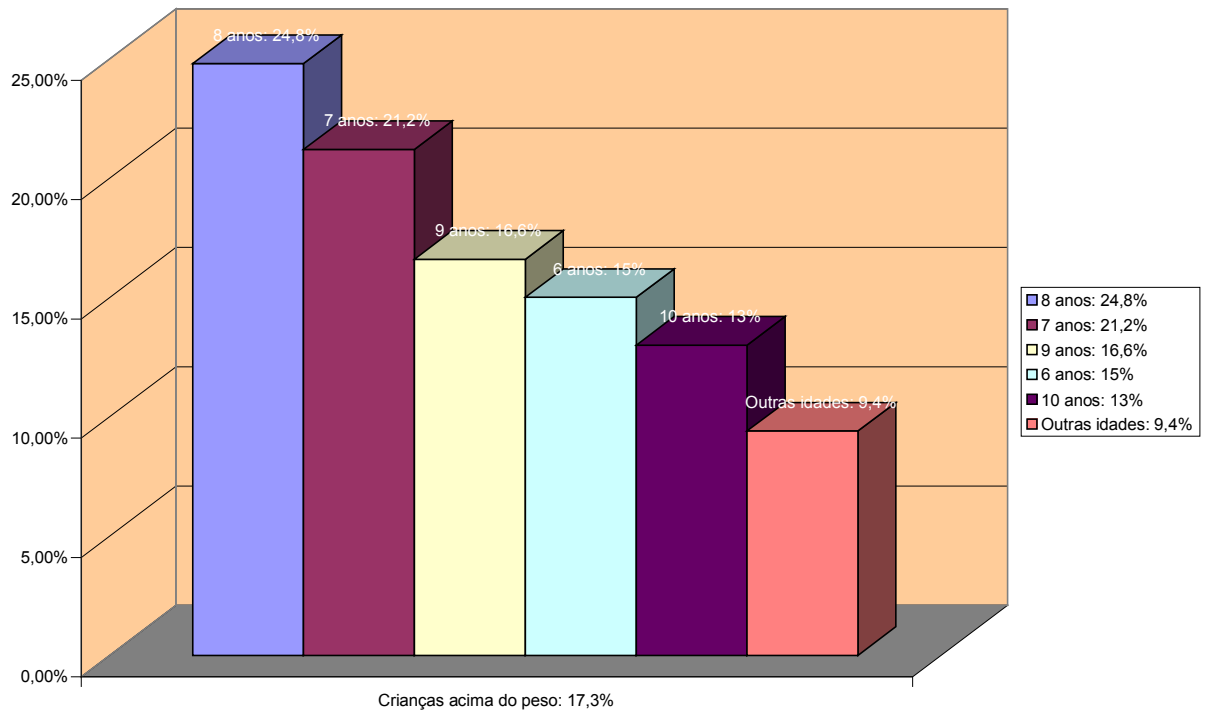
Entre os escolares avaliados encontrou-se 7,7% dos alunos com baixo peso, 75% com peso normal e 17,3% dos alunos acima do peso adequado para a idade.

Comparando esta avaliação com um estudo do município do Rio de Janeiro, 1999, encontramos resultados similares. No Rio de Janeiro, 15,9% dos escolares foram identificados como acima do peso e 7,35% abaixo do peso.



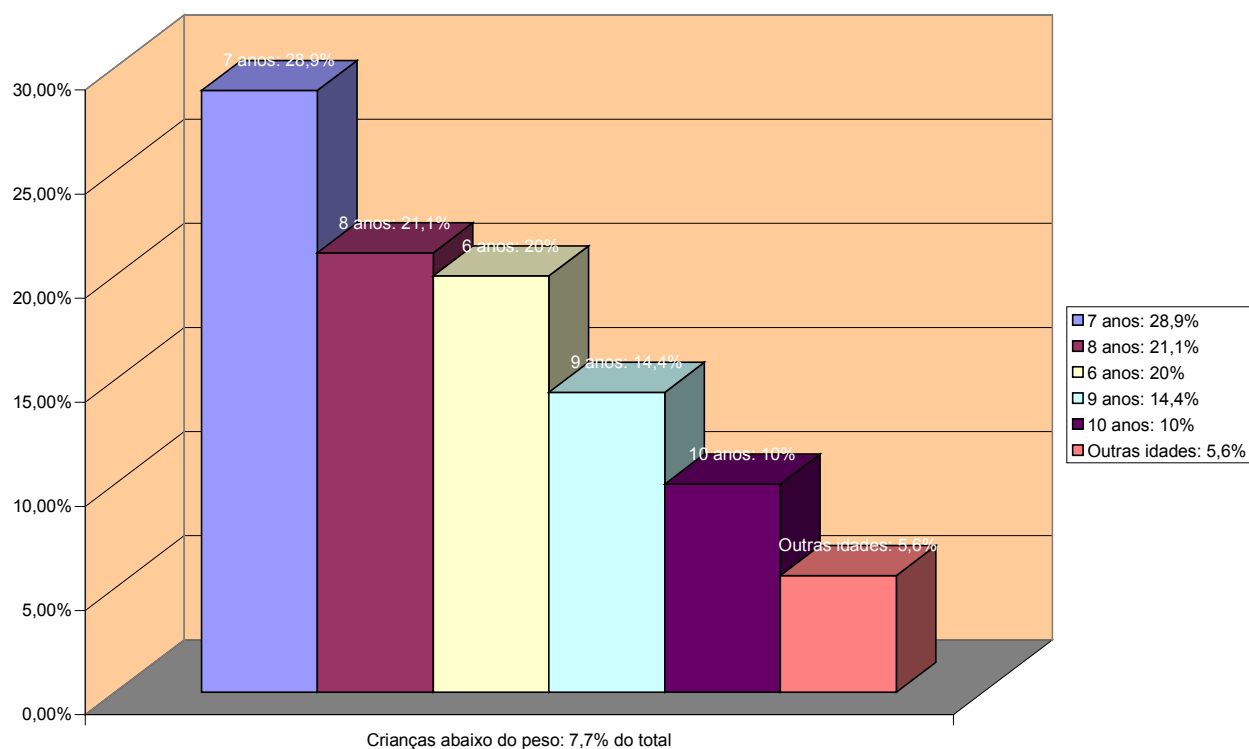
**Gráfico 2: Distribuição por porcentagem de alunos acima do peso.**

Do total de alunos avaliados acima do peso, 4,61% apresentaram-se com excesso de peso, 6,81% com obesidade leve, 2,35% com obesidade moderada e 4,28% em estágio de obesidade severa.



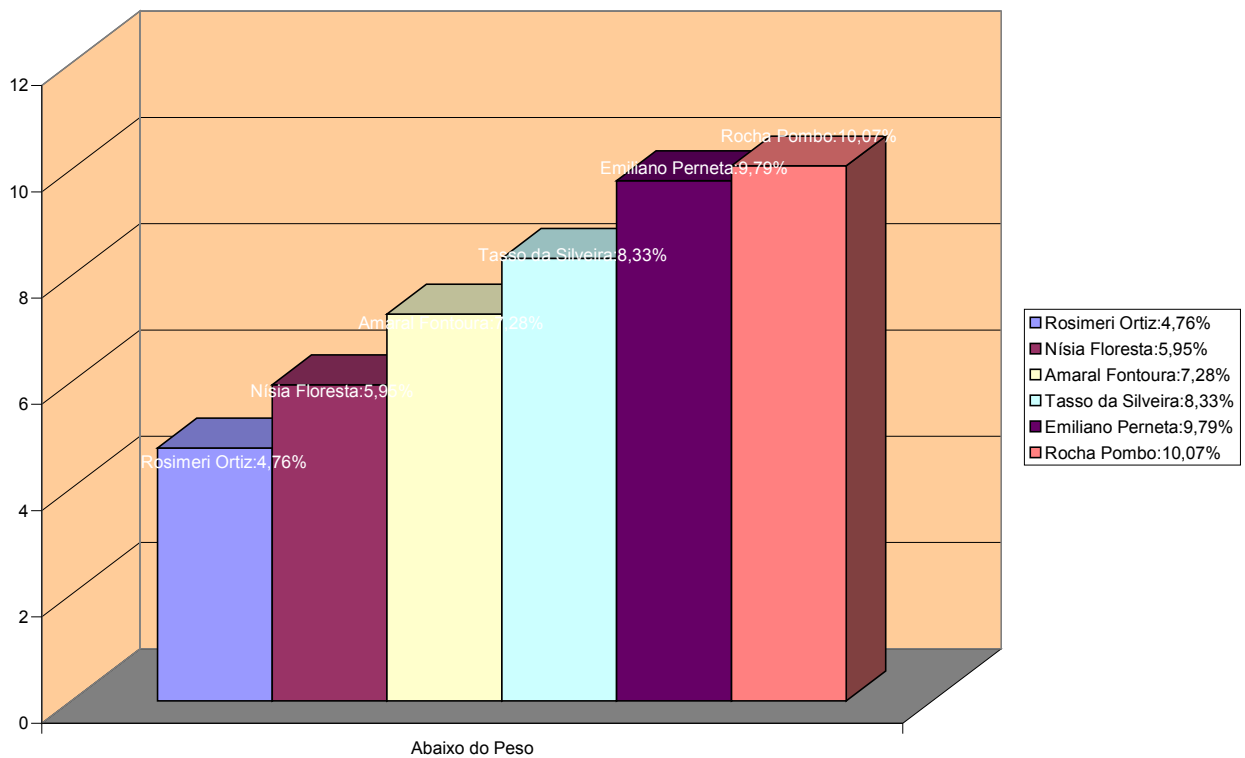
**Gráfico 3: Distribuição por idade de alunos acima do peso**

Dos alunos diagnosticados acima do peso, 24,8% tinham 8 anos de idade; 21,2% tinham 7 anos de idade; 16,6% tinham 9 anos de idade; 15% tinham 6 anos de idade; 13% tinham 10 anos de idade e 9,4% apresentavam outras idades.



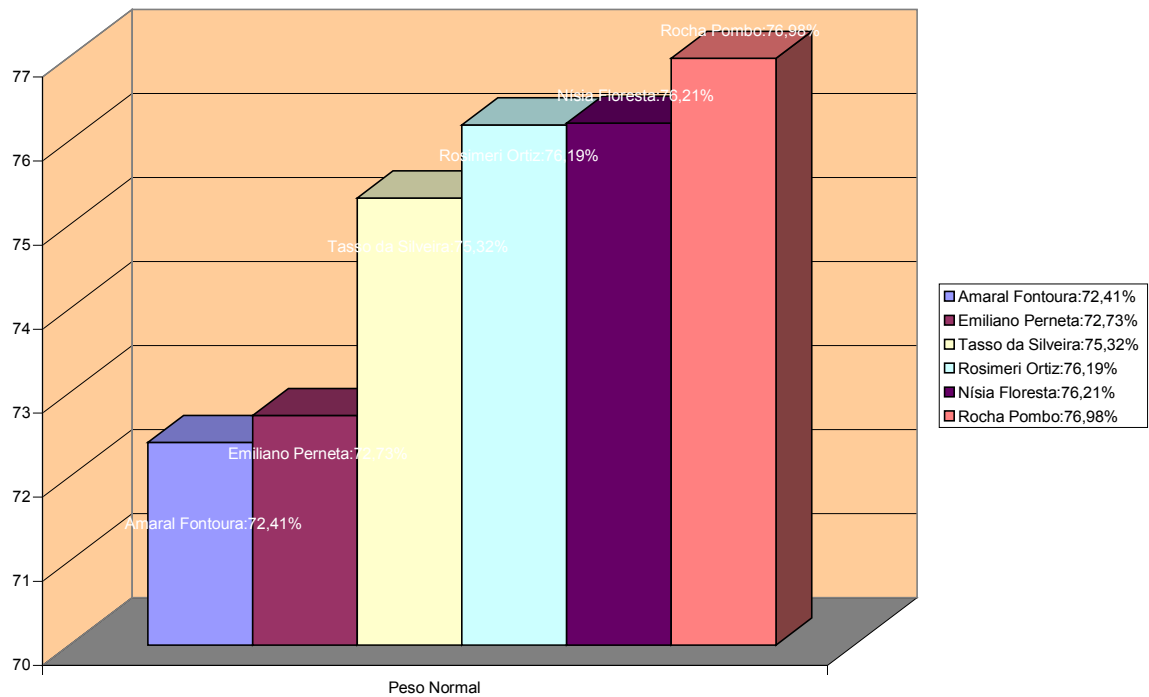
**Gráfico 4: Distribuição por idade de alunos abaixo do peso**

Dos alunos diagnosticados abaixo do peso, 28,9% tinham 7 anos de idade; 21,1% tinham 8 anos de idade; 20% tinham 6 anos de idade; 14,4% tinham 9 anos de idade, 10% tinham 10 anos de idade e 5,6% apresentavam outras idades.



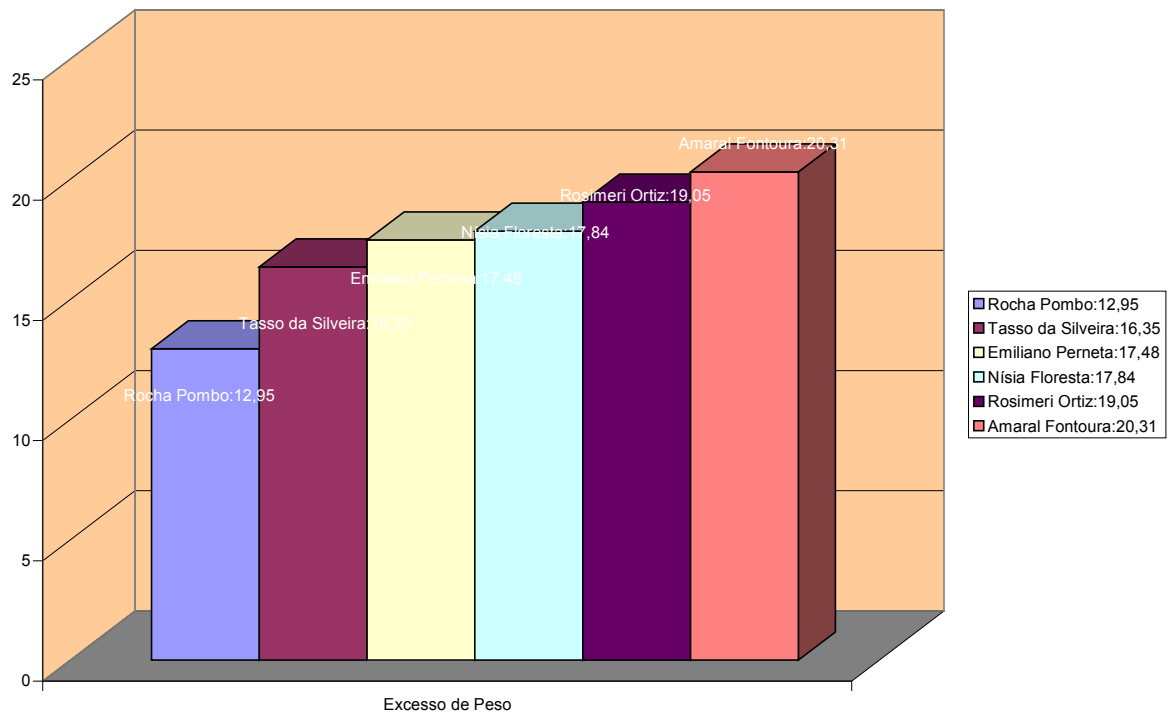
**Gráfico 5: Relação por Escola da porcentagem de alunos abaixo do peso.**

O estudo demonstrou que 10,7% dos alunos da Escola Rocha Pombo apresentava-se abaixo do peso, seguido de 9,79% dos alunos da Escola Emiliano Pernetá, 8,33% dos alunos da Escola Tasso da Silveira, 7,28% dos alunos da Escola Amaral Fontoura, 5,95% dos alunos da Escola Nísia Floresta e a Escola que apresentou o menor índice de baixo peso foi a Rosimeri Ortiz, com 4,76% dos alunos.



**Gráfico 6: Distribuição por Escola da porcentagem de alunos com peso normal**

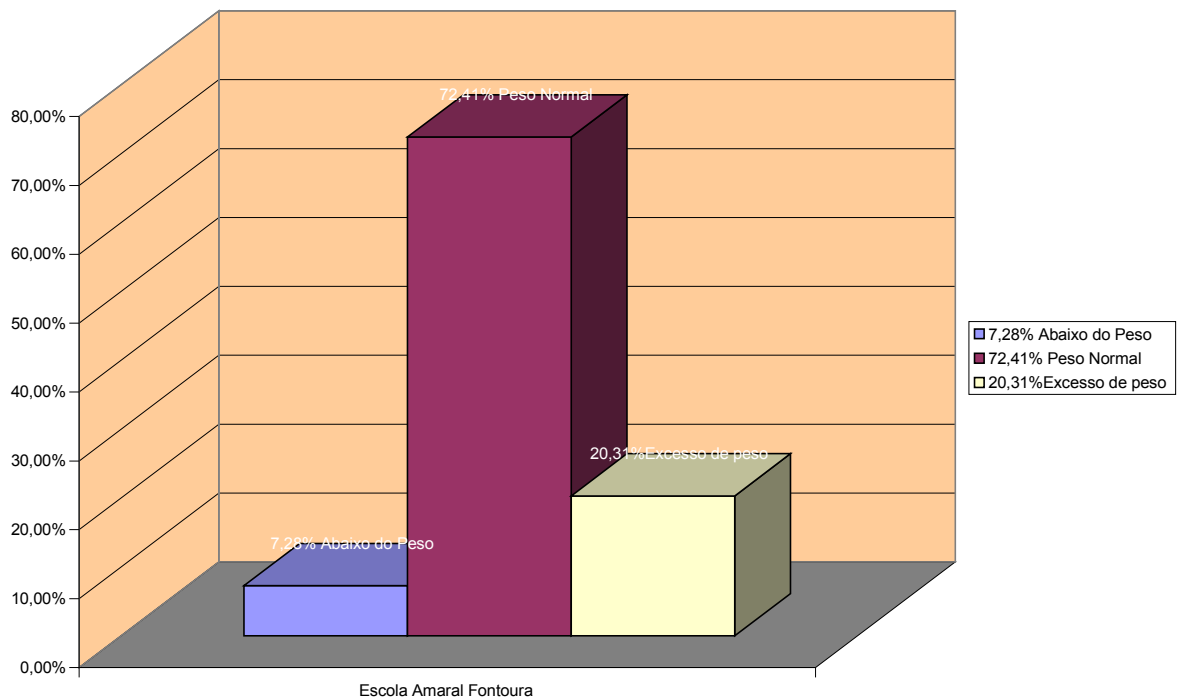
Os índices de peso normal diagnosticados nas escolas foram os seguintes: 76,98% dos alunos na Escola Rocha Pombo, 76,21% dos alunos na Escola Nísia Floresta, 76,19% dos alunos na Escola Rosimeri Ortiz, 75,32% dos alunos na Escola Tasso da Silveira, 72,73% dos alunos na Escola Emiliano Pernetá e 72,41% dos alunos na Escola Amaral Fontoura.



**Gráfico 7: Distribuição por Escola da porcentagem de alunos acima do peso.**

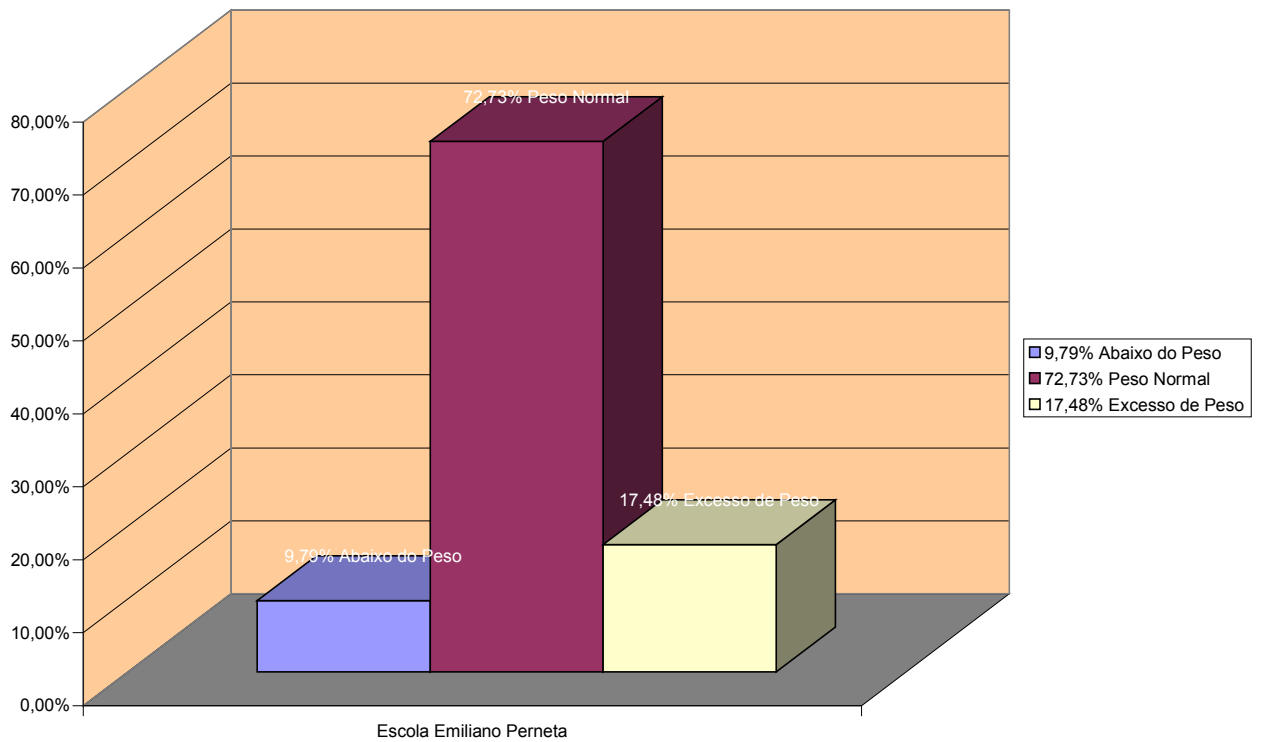
Os índices de alunos com excesso de peso diagnosticados nas escolas foram os seguintes: 20,31% dos alunos na Escola Amaral Fontoura; 19,05% dos alunos na Escola Rosimeri Ortiz Consalter; 17,84% na Escola Nísia Floresta; 17,48% na Escola Emiliano Pernetá; 16,35% na Escola Tasso da Silveira e 12,95% na Escola Rocha Pombo.





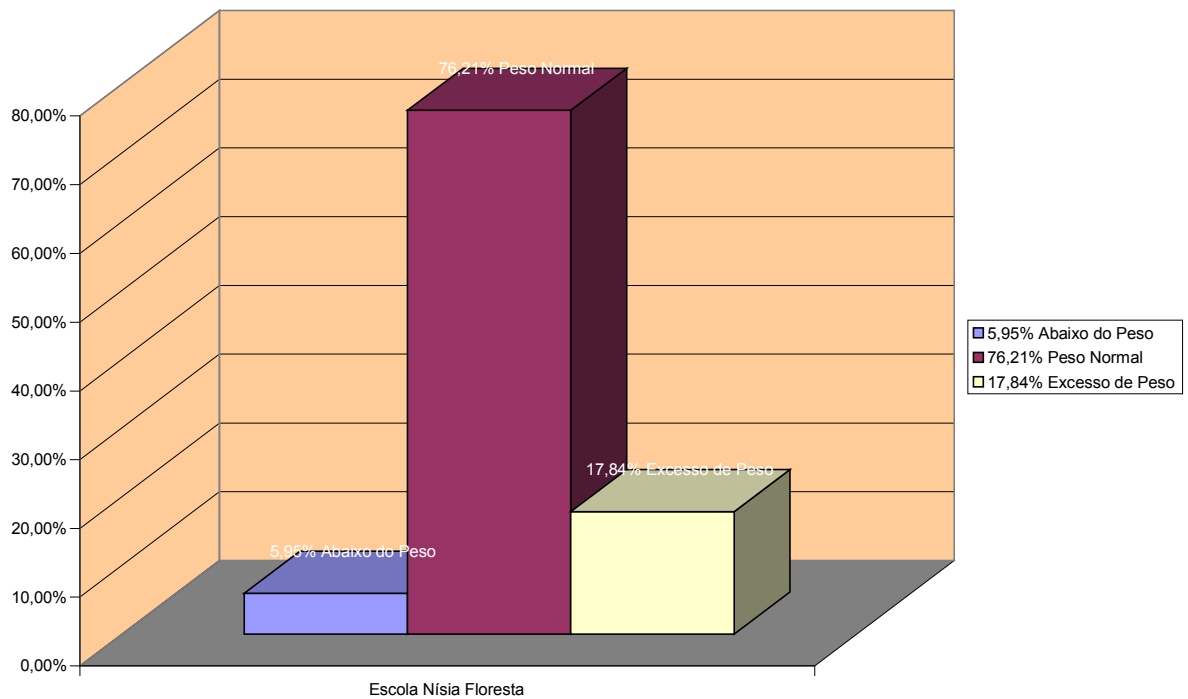
**Gráfico 8: Estado nutricional dos alunos da Escola Municipal Amaral Fontoura**

Dos alunos avaliados na Escola Amaral Fontoura, 72,41% apresentaram peso normal; 20,31% estavam acima do peso e 7,28% dos alunos estavam abaixo do peso.



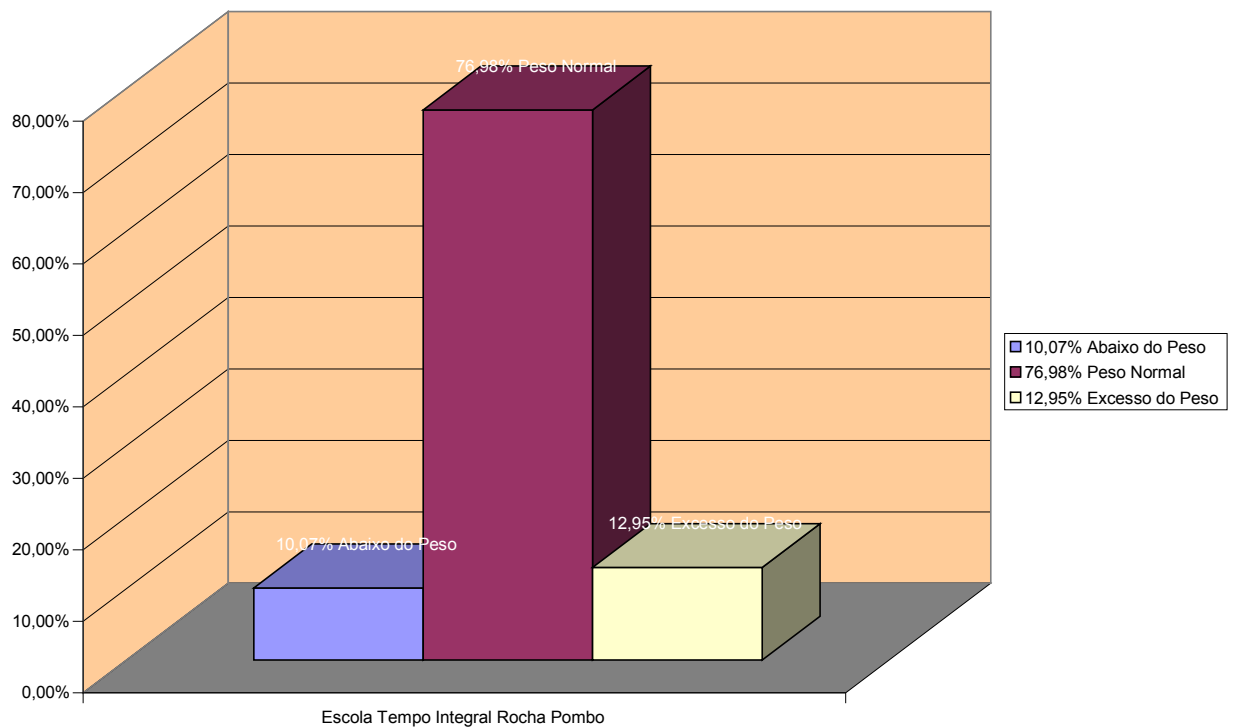
**Gráfico 9: Estado nutricional dos alunos da Escola Municipal de Educação Integral Emiliano Pernetá**

Dos alunos avaliados na Escola Emiliano Pernetá, 72,73% apresentaram peso normal; 17,48% estavam acima do peso e 9,79% dos alunos estavam abaixo do peso.



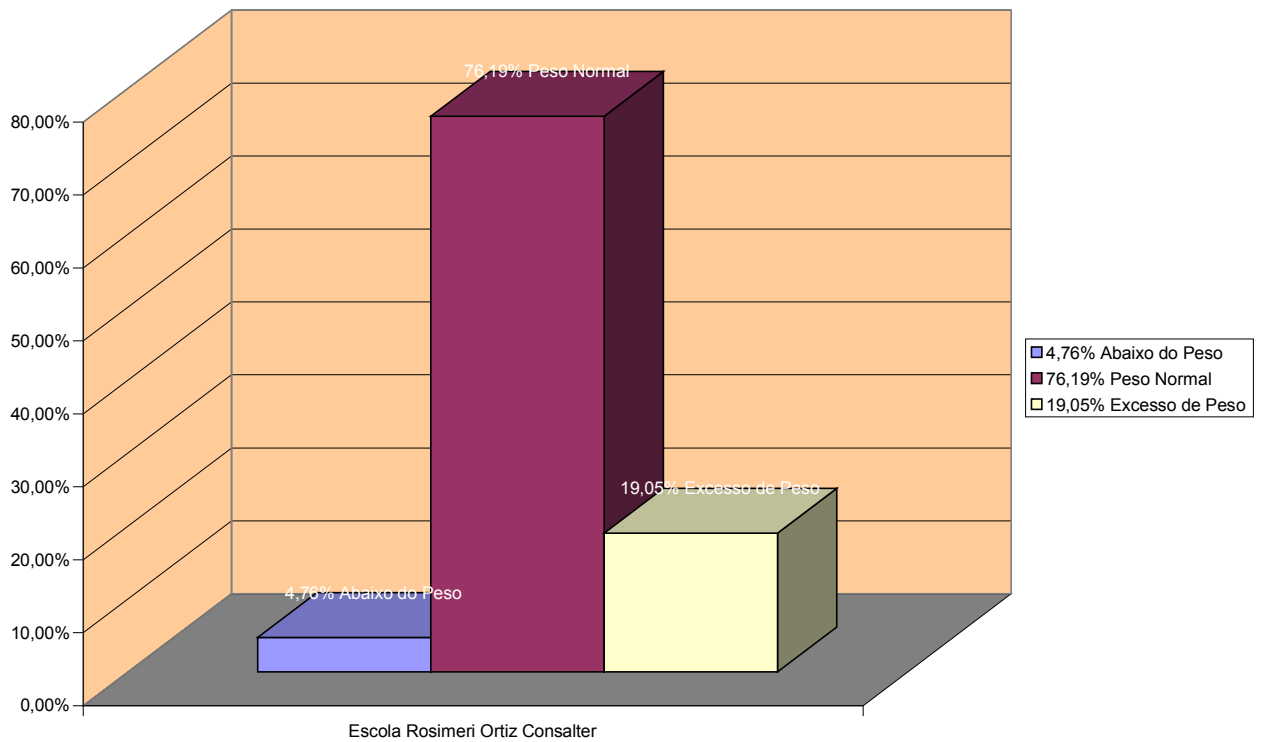
**Gráfico 10: Estado nutricional dos alunos da Escola Municipal Nísia Floresta**

Dos alunos avaliados na Escola Nísia Floresta, 76,21% apresentaram peso normal; 17,84% estavam acima do peso e 5,95% dos alunos estavam abaixo do peso.



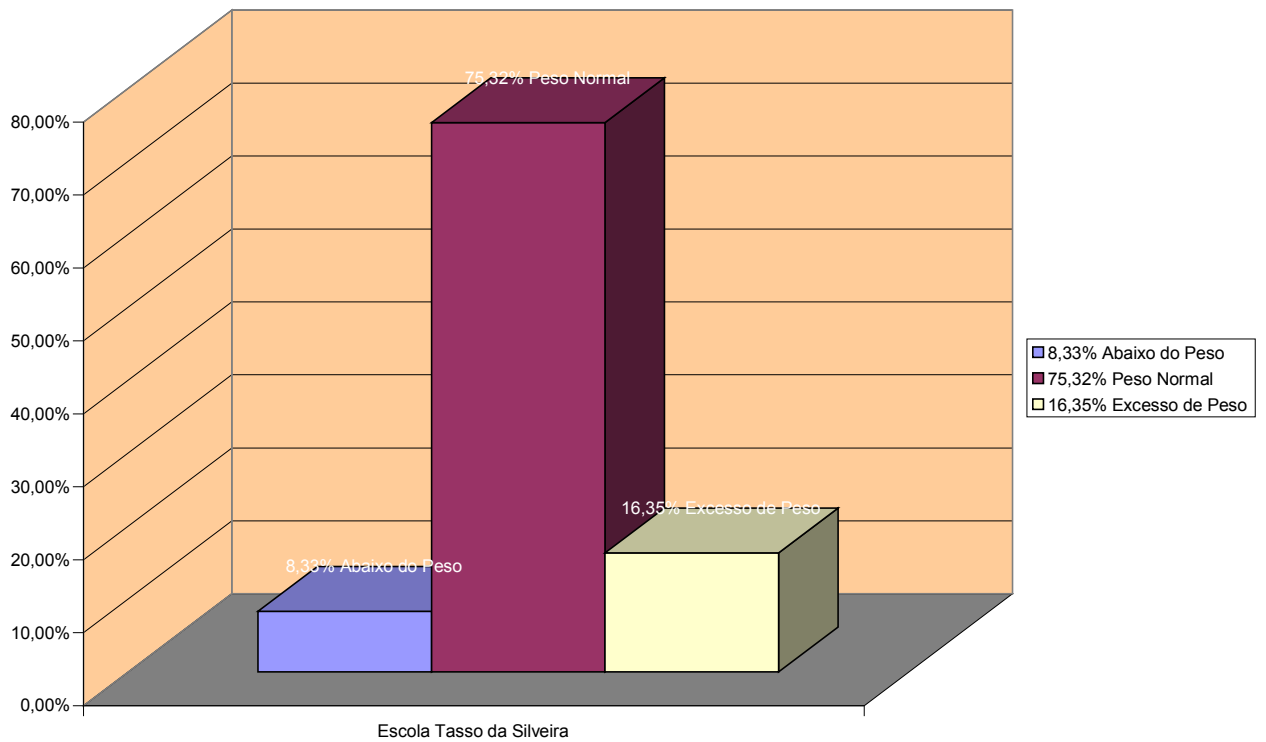
**Gráfico 11: Estado nutricional dos alunos da Escola Municipal de Educação Integral Rocha Pombo**

Dos alunos avaliados na Escola Rocha Pombo, 76,98% apresentaram peso normal; 12,95% estavam acima do peso e 10,07% dos alunos estavam abaixo do peso.



**Gráfico 12: Estado nutricional dos alunos da Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter**

Dos alunos avaliados na Escola Rosimeri Ortiz Consalter, 76,19% apresentaram peso normal; 19,05% estavam acima do peso e 4,76% dos alunos estavam abaixo do peso.



**Gráfico 13: Estado nutricional dos alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira**

Dos alunos avaliados na Escola Tasso da Silveira, 75,32% apresentaram peso normal; 16,35% estavam acima do peso e 8,33% dos alunos estavam abaixo do peso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos na pesquisa, o índice maior de risco nutricional é a obesidade. Segundo Corrêa (2004), no Brasil, muitas crianças menores de 5 anos ainda apresentam baixo peso e nanismo, mas paralelamente tem surgido um novo problema alimentar no país que é um aumento da obesidade infantil.

O resultado da pesquisa realizada em Cruzeiro do Oeste confirma os dados estatísticos que apontam a tendência para o crescente aumento dos casos de obesidade em crianças, problema que tem como causa a mudança nos hábitos alimentares e a tendência para o consumo excessivo de alimentos gordurosos e que contêm açúcares (salgadinhos, refrigerantes, balas, bolachas recheadas).

Através deste estudo verificou-se que a tendência para obesidade perpassa em todas as camadas sociais e os resultados serviram como subsídio para a implementação de ações de promoção de saúde no ambiente escolar, sendo realizado após esta avaliação, um trabalho junto aos alunos, merendeiras e equipes pedagógicas das escolas, orientando-os sobre a alimentação e nutrição adequada.

O processo de democratização escolar deve ser de fato construído a partir dos acontecimentos nesses ambientes, ou seja, com experiência própria. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de conscientização de hábitos alimentares saudáveis, como principal responsável pela saúde, ou seja, o bem-estar físico e mental de crianças e adolescentes, como princípios educacionais. Portanto, no modelo de Gestão Democrática, esse conselho deve atuar promovendo a integração de todos os integrantes do ambiente da escola, a fim de conscientizar a todos: pais, alunos, professores, funcionários, comunidade (Gestores Escolares).

Dessa forma, o processo de participação de todos na organização escolar enriquece a condição e a qualidade de ensino, atribuindo responsabilidades a todos os envolvidos. A construção da educação no sentido da assimilação de conceitos reais do dia-a-dia do indivíduo aproxima a teoria da prática, contribuindo para a formação de indivíduos por completo. Neste estudo, o destaque na importância da merenda escolar, através do Programa Nacional da Alimentação Escolar, com o cuidado de incluir frutas, legumes saudáveis, a fim de diminuir a obesidade.

O modelo de Gestão Democrática pressupõe a construção de um Projeto Político-Pedagógico. Esse projeto constitui-se, na verdade, em elemento de organização e integração da prática escolar, à medida que assume um valor de articulador dessa mesma prática e elemento referencial dos rumos que a escola precisa empreender.

A democratização da Gestão Escolar implica no envolvimento de funcionários, professores, pais e alunos ou mesmo outros membros interessados da comunidade, isto é, todos os sujeitos que de uma forma ou de outra estão implicados nas decisões relativas ao contexto escolar, especialmente no cuidado com a nutrição escolar, a fim de diminuir os índices de obesidade e facilitar o bem-estar físico e mental dos educandos.



## REFERÊNCIAS

ANJOS, L.A. et al. **Crescimento e estado nutricional em amostra probabilística de escolares do município do Rio de Janeiro**, 1999. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p 171-179, 2003.

BABIAK, R.M.V. **Introdução ao diagnóstico nutricional**. Rio de Janeiro, ATHENEU, 1997.

BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional. 20 de 15-12-1998 21 ed. São Paulo Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692**. Lei de Diretrizes e Bases para o ensino. D.O.U. 11 ago 1971.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 15ª edição, 1992. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

BUARQUE, Cristovão. **Colapso da Modernidade Brasileira e uma Proposta Alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

CANO M.A. et al. **Estudo do estado nutricional de crianças na idade escolar na cidade de Franca-SP**: uma introdução ao problema. Revista Eletrônica de Enfermagem, v 07, p. 179-184, 2005.

CDC (Center for Disease control and Prevention). **Growthcharts**, 2000

CARRAZA, F.R., MARCONDES, E. **Nutrição clínica em pediatria**. São Paulo: Sarvier, 1991.

CORRÊA, N.C. **Qual o segmento da população mais afetado?** Revista CRN-69. p.9-10. jan 2004.

ECA - **Estatuto Da Criança e do Adolescente**, Lei nº 8.069/90 de julho de 1990.

FERNANDES, Maria Estela de Araújo (org). **O processo de construção dos projetos político-pedagógicos das escolas municipais de Fortaleza**: Uma idéia que se tornou realidade. Fortaleza: 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio, século XXI**: O mini-dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, M. (col.) **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000. (Arti SANTANA, Ilza Miriam [http://www.portal25.com/index.php?a=13&h=brasil/bra\\_hm/bra003&l=](http://www.portal25.com/index.php?a=13&h=brasil/bra_hm/bra003&l=) Acesso em: 19 de out de 2009.

LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

LIBÂNEO, J. Carlos; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, Mirza S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, L. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LUCK, Heloisa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

MAHAN, L.K. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 8ª Edição - Roca, 1995.

MARCONDES, E. *Crescimento normal e deficiente*. 3º edição, São Paulo. Sarvier, 1989.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: 2006. Disponível em <[http://nutricao.saude.gov.br/documentos/guia\\_alimentar\\_conteudo.pdf](http://nutricao.saude.gov.br/documentos/guia_alimentar_conteudo.pdf)> Acesso em: 19 de out de 2009.

MONTEIRO, C.A. **Saúde e nutrição das crianças de São Paulo**. São Paulo, Hucitec, 1988.

RESOLUÇÃO/CD/FNDE N°38 DE 16 DE JULHO DE 2009, disponível em <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2009/res038\\_16072009.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res038_16072009.pdf)> Acesso em: 15 de out de 2009.

STUMP, S.E. **Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento**. São Paulo, Manole, 1999.

**UNICEF**. Endereço eletrônico disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/>>. Acesso em: 19 ago de 2009

## APÊNDICES

### Apêndice 1



Foto 1: Avaliação antropométrica.

## Apêndice 2



Foto 2: Avaliação antropométrica.

## Apêndice 3



Foto 3: Alimentação escolar em escola municipal de Cruzeiro do Oeste-PR

## Apêndice 4



Foto 4: Alimentação escolar, Escola Municipal de Educação Integral Emiliano Pernetá